



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 72ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

27/11/2013

QUARTA-FEIRA

Após a 71ª Reunião Ordinária

Presidente: Senador Vital do Rêgo

Vice-Presidente: Senador Anibal Diniz



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/11/2013.**

72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, Após a 71ª Reunião Ordinária

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Discussão e votação das Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2013, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014" (PLOA - 2014).	9

(96)(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(45)(90)(91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)			
José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 / 6391	1 Angela Portela(PT)(99)(101)(17)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Ana Rita(PT)(63)(64)	ES (61) 3303-1129	2 Lídice da Mata(PSB)(17)(64)(65)	BA (61) 3303-6408 / 3303-6417
Pedro Taques(PDT)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551	3 Jorge Viana(PT)(15)(17)(84)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Anibal Diniz(PT)(14)(83)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Acir Gurgacz(PDT)(32)(33)(58)(60)(69)(70)	RO (61) 3303-3132/1057
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	5 Walter Pinheiro(PT)(16)(87)	BA (61) 33036788/6790
Inácio Arruda(PCdoB)	CE (61) 3303-5791 / 3303-5793	6 Rodrigo Rollemberg(PSB)	DF (61) 3303-6640
Eduardo Lopes(PRB)(40)(41)	RJ (61) 3303-5730	7 Humberto Costa(PT)(20)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Randolfe Rodrigues(PSOL)(98)	AP (61) 3303-6568	8 Lindbergh Farias(PT)(103)(105)	RJ (61) 3303-6427
Eduardo Suplicy(PT)(99)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	9 Wellington Dias(PT)(104)	PI (61) 3303 9049/9050/9053
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Eduardo Braga(PMDB)(48)(59)(85)	AM (61) 3303-6230	1 Ciro Nogueira(PP)(106)(110)(10)(12)(24)(28)	PI (61) 3303-6185 / 6187
Vital do Rêgo(PMDB)(9)(23)(48)(59)(85)	PB (61) 3303-6747	2 Roberto Requião(PMDB)(11)(24)(44)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)(48)(59)(85)	RS (61) 3303-3232	3 Ricardo Ferraço(PMDB)(21)(24)(48)(59)(61)	ES (61) 3303-6590
Sérgio Souza(PMDB)(48)(59)(85)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Clésio Andrade(PMDB)(22)(24)(48)(59)(85)	MG (61) 3303-4621 e 3303-5067
Luiz Henrique(PMDB)(28)(48)(59)(85)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Valdir Raupp(PMDB)(48)(85)	RO (61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)(115)(117)(34)(48)	CE (61) 3303-6245	6 Benedito de Lira(PP)(48)(85)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Francisco Dornelles(PP)(48)(85)	RJ (61) 3303-4229	7 Waldemir Moka(PMDB)(118)(119)(48)(85)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Sérgio Petecão(PSD)(49)(50)(52)(79)(82)	AC (61) 3303-6706 a 6713	8 Kátia Abreu(PMDB)(116)(49)(50)(52)(66)	TO (61) 3303-2708
Romero Jucá(PMDB)(106)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	9 Lobão Filho(PMDB)(100)(107)(108)(109)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aécio Neves(PSDB)(80)	MG (61) 3303-6049/6050	1 Lúcia Vânia(PSDB)(30)(80)	GO (61) 3303-2035/2844
Cássio Cunha Lima(PSDB)(80)	PB (61) 3303-9808/9806/9809	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(111)(112)(80)(81)	PA (61) 3303-2342
Alvaro Dias(PSDB)(80)	PR (61) 3303-4059/4060	3 Cícero Lucena(PSDB)(97)(19)(80)	PB (61) 3303-5800 5805
José Agripino(DEM)(25)(51)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Paulo Bauer(PSDB)(26)(51)(53)	SC (61) 3303-6529
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(97)	SP (61) 3303-6063/6064	5 Cyro Miranda(PSDB)(97)(112)	GO (61) 3303-1962
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)			
Armando Monteiro(PTB)(92)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Gim(PTB)(92)(13)(54)(74)(89)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(92)(94)(95)(71)	RR (61) 3303-4078 / 3315	2 Eduardo Amorim(PSC)(92)(18)(54)(88)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(92)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Blairo Maggi(PR)(92)(27)(42)(43)(75)(76)	MT (61) 3303-6167
Antonio Carlos Rodrigues(PR)(92)	SP (061) 3303.6510, 6511 e 6514	4 Alfredo Nascimento(PR)(92)(102)(113)(56)	AM (61) 3303-1166

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (2) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (3) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (4) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (5) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- (6) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (7) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- (8) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (9) Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

- (10) Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (11) Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
- (12) Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
- (13) Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
- (14) Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (15) Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (16) Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (17) Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
- (18) Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
- (19) O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
- (20) Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
- (21) Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
- (22) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (23) Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
- (24) Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
- (25) Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- (26) Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
- (27) O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- (28) Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
- (29) Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
- (30) Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
- (31) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (32) Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
- (33) Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
- (34) Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (35) Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (36) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (37) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (38) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (39) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (40) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (41) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
- (42) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (43) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (44) Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 45/2012).
- (45) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (46) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (47) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (48) Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
- (49) Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
- (50) As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
- (51) Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
- (52) Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
- (53) Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
- (54) Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
- (55) Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
- (56) Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
- (57) Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
- (58) Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- (59) Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
- (60) Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
- (61) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (62) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

- (63) Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- (64) Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
- (65) Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
- (66) Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- (67) Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
- (68) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (69) Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
- (70) Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
- (71) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (72) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (73) Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
- (74) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (75) Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
- (76) Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (77) Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
- (78) Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
- (79) Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
- (80) Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
- (81) Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
- (82) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (83) Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (84) Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (85) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (86) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
- (87) Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
- (88) Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
- (89) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
- (90) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (91) Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- (92) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
- (93) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (94) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (95) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
- (96) Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.
- (97) Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
- (98) Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
- (99) Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
- (100) Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
- (101) Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
- (102) Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
- (103) Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
- (104) Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
- (105) Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
- (106) Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
- (107) Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
- (108) Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
- (109) Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
- (110) Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
- (111) Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- (112) Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).

- (113) Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
- (114) Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
- (115) Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
- (116) Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
- (117) Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
- (118) Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
- (119) Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. GLPMDB nº 308/2013).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3972
FAX: 3303-4315

PLENÁRIO Nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 27 de novembro de 2013
(quarta-feira)
Após a 71ª Reunião Ordinária**

PAUTA
72ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Deliberativa
Local	Sala de Reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Acrescentadas as Emendas apresentadas à CCJ

Deliberativa

Finalidade:

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2013, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014" (PLOA - 2014).

Anexos da Pauta

[Emendas apresentadas à CCJ](#)

1



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

ANEXO I – QUADRO DETALHADO DAS PROPOSTAS DE EMENDA AO PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO							
EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO							
Superior Tribunal de Justiça							
1	Romero Jucá	11000 - Superior Tribunal de Justiça	11101 - Superior Tribunal de Justiça	0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	25.500.000	Aprop. - Acréscimo
2	Inácio Arruda	11000 - Superior Tribunal de Justiça	11101 - Superior Tribunal de Justiça	0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	25.500.000	Aprop. - Acréscimo
3	Eunício Oliveira	11000 - Superior Tribunal de Justiça	11101 - Superior Tribunal de Justiça	0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	25.500.000	Aprop. - Inclusão
Justiça Federal							
4	Sérgio Souza	12000 – Justiça Federal	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	3755 - Implantação de Varas Federais	550.000.000	Aprop. - Inclusão
5	Antonio Carlos Rodrigues	12000 – Justiça Federal	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	3755 - Implantação de Varas Federais	30.000.000	Aprop. - Inclusão
6	Antonio Carlos Rodrigues	12000 – Justiça Federal	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	80.000.000	Aprop. - Inclusão



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
7	Valdir Raupp	12000 – Justiça Federal	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	AÇÃO ATÍPICA - Construção de Edifício -Sede da Justiça Federal - Nacional	200.000.000	Aprop. - Inclusão

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

Defensoria Pública da União - DPU

8	Antônio Carlos Valadares	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
9	Aníbal Diniz	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
10	Romero Jucá	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
11	Inácio Arruda	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
12	Mozarildo Cavalcanti	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
13	Ana Rita	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
14	Eduardo Amorim	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	40.000.000	Aprop. - Inclusão
15	Rodrigo Rollemberg	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	2020 - Cidadania e Justiça	2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	55.000.000	Aprop. - Acréscimo
16	Romero Jucá	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	2020 - Cidadania e Justiça	2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	500.000	Aprop. - Acréscimo
17	Antonio Carlos Rodrigues	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	2020 - Cidadania e Justiça	2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	55.000.000	Aprop. - Inclusão
18	Ana Rita	29000 - Defensoria Pública da União	29101 - Defensoria Pública da União	2020 - Cidadania e Justiça	2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	500.000	Aprop. - Acréscimo

Ministério da Justiça



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
19	Randolfe Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2020 - Cidadania e Justiça	8946 - Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política	25.666.282	Aprop. - Acréscimo
20	Valdir Raupp	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2020 - Cidadania e Justiça	8974 - Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	200.000.000	Aprop. - Acréscimo
21	Antônio Carlos Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2020 - Cidadania e Justiça	8974 - Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	20.000.000	Aprop. - Inclusão
22	Romero Jucá	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	300.000.000	Aprop. - Acréscimo
23	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade	360.000.000	Aprop. - Acréscimo
24	Flexa Ribeiro	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade	200.000.000	Aprop. - Acréscimo
25	Ana Rita	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade	27.000.000	Aprop. - Acréscimo
26	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade	360.000.000	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
27	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade	360.000.000	Aprop. - Acréscimo
28	Rodrigo Rollemberg	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	7U23 - Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos	200.000.000	Aprop. - Acréscimo
29	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	697.289.500	Aprop. - Acréscimo
30	Flexa Ribeiro	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	240.000.000	Aprop. - Acréscimo
31	Romero Jucá	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
32	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	697.289.500	Aprop. - Acréscimo
33	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30101 - Ministério da Justiça	2070 - Segurança Pública com Cidadania	8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	697.289.500	Aprop. - Acréscimo
Departamento de Polícia Rodoviária Federal							
34	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2070 - Segurança Pública com Cidadania	200G - Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal	369.459.520	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO							
EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
41	Romero Jucá	30000 – Ministério da Justiça	30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2020 - Cidadania e Justiça	6067 - Defesa dos Direitos Difusos	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
42	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2020 - Cidadania e Justiça	6067 - Defesa dos Direitos Difusos	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
43	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2020 - Cidadania e Justiça	6067 - Defesa dos Direitos Difusos	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN							
44	Randolfe Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UG - Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	5.000.000	Aprop. - Acréscimo
45	Romero Jucá	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UH - Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	300.000.000	Aprop. - Acréscimo
46	Randolfe Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UH - Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	35.000.000	Aprop. - Acréscimo
47	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UH - Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	300.000.000	Aprop. - Acréscimo
48	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20UH - Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	300.000.000	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
49	Randolfe Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	49.700.000	Aprop. - Acréscimo
50	Randolfe Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2070 - Segurança Pública com Cidadania	2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	5.700.000	Aprop. - Acréscimo
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP							
51	Flexa Ribeiro	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201C - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
52	Waldemir Moka	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201C - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	100.000.000	Aprop. - Acréscimo
53	Gim	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	120.000.000	Aprop. - Inclusão
54	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	338.015.385	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
55	Antonio Carlos Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	100.000.000	Aprop. - Inclusão
56	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	300.000.000	Aprop. - Acréscimo
57	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	338.015.385	Aprop. - Acréscimo
58	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	300.000.000	Aprop. - Acréscimo
59	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2070 - Segurança Pública com Cidadania	201D - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	338.015.385	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
60	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Seguranga Pública	2070 - Seguranga Pública com Cidadania	2B00 - Força Nacional de Seguranga Pública	464.456.382	Aprop. - Acréscimo
61	Flexa Ribeiro	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Seguranga Pública	2070 - Seguranga Pública com Cidadania	2B00 - Força Nacional de Seguranga Pública	200.000.000	Aprop. - Acréscimo
62	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Seguranga Pública	2070 - Seguranga Pública com Cidadania	2B00 - Força Nacional de Seguranga Pública	464.456.382	Aprop. - Acréscimo
63	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Seguranga Pública	2070 - Seguranga Pública com Cidadania	2B00 - Força Nacional de Seguranga Pública	464.456.382	Aprop. - Acréscimo
64	Romero Jucá	30000 – Ministério da Justiça	30911 - Fundo Nacional de Seguranga Pública	2070 - Seguranga Pública com Cidadania	8124 - Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
Fundo Nacional Antidrogas							
65	Lídice da Mata	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	312.304.000	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
66	Inácio Arruda	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	150.000.000	Aprop. - Acréscimo
67	Antonio Carlos Rodrigues	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	75.000.000	Aprop. - Inclusão
68	Cyro Miranda	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	312.304.000	Aprop. - Acréscimo



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
69	Lúcia Vânia	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	312.304.000	Aprop. - Acréscimo
70	Waldemir Moka	30000 – Ministério da Justiça	30912 - Fundo Nacional Antidrogas	2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas	201E - Política Pública sobre Drogas	160.000.000	Aprop. - Acréscimo
MINISTÉRIO PÚBLICO							
Ministério Público Federal							
71	Romero Jucá	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	2508 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - PGR	100.000.000	Aprop. - Inclusão



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
72	Cyro Miranda	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	2508 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - PGR	100.000.000	Aprop. Inclusão
73	Aloysio Nunes Ferreira	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. Inclusão
74	Francisco Dornelles	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. Inclusão
75	Eduardo Amorim	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. Inclusão
76	Rodrigo Rollemberg	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. Inclusão
77	Pedro Taques	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. Inclusão



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO

EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
78	Romero Jucá	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. - Inclusão
79	Cyro Miranda	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. - Inclusão
80	Eunício Oliveira	34000 - Ministério Público da União	34101 - Ministério Público Federal	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	150.000.000	Aprop. - Inclusão
Ministério Público do Trabalho							
81	Rodrigo Rollemberg	34000 - Ministério Público da União	34104 - Ministério Público do Trabalho	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	4262 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	200.000.000	Aprop. - Acréscimo
82	Valdir Raupp	34000 - Ministério Público da União	34104 - Ministério Público do Trabalho	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	AÇÃO ATÍPICA - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho - Nacional	100.000.000	Aprop. - Inclusão
OUTROS							
83	Antonio Carlos Rodrigues		99928 - UO Genérica Geratriz - A.Gov. 02-Poder Judiciário	1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	1K27 - Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	200.000.000	Aprop. - Inclusão



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013 – PLOA 2014

PROPOSTAS DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO							
EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
84	José Pimentel	90000 - Reserva de Contingência	90900 - Reserva de Recursos - CN	9090 - Reserva de Recursos	0990 - Reserva de Recursos no Congresso Nacional	100.000.000	Aprop. - Acréscimo
TIPO DE EMENDA		APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO DE DESPESA					
		APROPRIAÇÃO – INCLUSÃO DE DESPESA					

PROPOSTAS DE EMENDA DE REMANEJAMENTO							
EMENDA Nº	SENADOR(A) AUTOR(A)	ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR SOLICITADO	TIPO DE EMENDA
85	Waldemir Moka	30000 - Ministério da Justiça	30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF - Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	70.000.000	Remanejamento - Inclusão
TIPO DE EMENDA		REMANEJAMENTO – ACRÉSCIMO DE DESPESA					
		REMANEJAMENTO – INCLUSÃO DE DESPESA					

Emendas à LOA 2014

CCJ
Senado Federal

Propostas de Emenda de Apropriação

Órgãos do Poder Judiciário

Superior Tribunal de Justiça



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:36

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - 2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CÍVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
5300108 - Brasília

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Superior Tribunal de Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
02.301.0568.2004.5664

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívís, Empregados, Militares e seus Dependentes

Em Brasília - DF

ESPECIFICAÇÃO DA META
Pessoa beneficiada(unidade)

QUANTIDADE
11.985

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas
		2	25.500.000
TOTAL			25.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
				2		25.500.000
TOTAL						25.500.000

JUSTIFICATIVA

A meta física é a apurada na captação da Proposta Orçamentária com base no quantitativo de beneficiário dos últimos anos e acréscimo projetado para o ano de 2014. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares nos meses de fevereiro a setembro de 2013 (R\$ 5.371.621,43), cujo aumento decorre da somatória de fatores como o crescimento e envelhecimento da população assistida, a conscientização dos beneficiários no que tange a prevenção de doenças crônicas, busca por diagnóstico e tratamento precoce, as solicitações de reajuste pelas empresas credenciadas, o acréscimo no preço dos insumos de saúde (taxas, diárias, materiais, medicamentos e honorários médicos), além do surgimento e utilização de novas tecnologias, procedimentos e técnicas de tratamento. Com base nessas premissas, chegou-se ao custo de R\$ 448,20 por beneficiários.

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:03

Página: 1 de 1

2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ 2 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores - STJ

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

5300108 - Brasília

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Superior Tribunal de Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

02.301.0568.2004.5664

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes

Em Brasília - DF

ESPECIFICAÇÃO DA META

Pessoa beneficiada(unidade)

QUANTIDADE

11.985

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas
		2	25.500.000
TOTAL			25.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
					2	25.500.000
TOTAL						25.500.000

JUSTIFICATIVA

A meta física é a apurada na captação da Proposta Orçamentária com base no quantitativo de beneficiário dos últimos anos e acréscimo projetado para o ano de 2014. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares nos meses de fevereiro a setembro de 2013 (R\$ 5.371.621,43), cujo aumento decorre da somatória de fatores como crescimento e envelhecimento da população assistida, a conscientização dos beneficiários no que tange a prevenção de doenças crônicas, busca por diagnóstico e tratamento precoce, as solicitações de reajuste pelas empresas credenciadas, o acréscimo no preço dos insumos de saúde (taxas, diárias, materiais, medicamentos e honorários médicos), além do surgimento e utilização de novas tecnologias, procedimentos e técnicas de tratamento. Com base nessas premissas, chegou-se ao custo de R\$448,20 por beneficiários.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15:43

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2357 - Inácio Arruda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:25

Página: 1 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA			
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes			
MODALIDADE DA EMENDA		TIPO DE EMENDA	
Individual		Aprop. - Inclusão	
ÁREA DE GOVERNO			
Poder Judiciário			
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO		TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA	
990 Atípica / Outras		500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)	
LOCALIDADE BENEFICIADA			
9000000 - Nacional			
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
Orçamento da Seguridade Social		Superior Tribunal de Justiça	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO			
98.998.0568.2004			
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes			
AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional			
ESPECIFICAÇÃO DA META			QUANTIDADE
Pessoa beneficiada(unidade)			11.985
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)			
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	25.500.000
TOTAL			25.500.000
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS			
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir
ID RP			Valor Deduzido
0 2			25.500.000
TOTAL			25.500.000

JUSTIFICATIVA

A meta física é a apurada na captação da Proposta Orçamentária com base no quantitativo de beneficiário dos últimos anos e acréscimo projetado para o ano de 2014. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares nos meses de fevereiro a setembro de 2013 (R\$ 5.371.621,43), cujo aumento decorre da somatória de fatores como o crescimento e envelhecimento da população assistida, a conscientização dos beneficiários no que tange a prevenção de doenças crônicas, busca por diagnóstico e tratamento precoce, as solicitações de reajuste pelas empresas credenciadas, o acréscimo no preço dos insumos de saúde (taxas, diárias, materiais, medicamentos e honorários médicos), além do surgimento e utilização de novas tecnologias, procedimentos e técnicas de tratamento. Com base nessas premissas, chegou-se ao custo de R\$ 448,20 por beneficiários.

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 17:40
Ana Cristina Brasil - Matr. 25547

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2894 - Eunício Oliveira

Justiça Federal



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 22/11/2013

Hora: 14:35

Página: 4 de 16

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - TRFs

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Poder Judiciário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
001 Implantação

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
709 Varas de Justiça

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Justiça Fed. de Primeiro Grau

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
02.122.0569.3755

Implantação de Varas Federais

Instalação dos TRFs da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Região - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Vara federal instalada(unidade)

QUANTIDADE
4

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	300.000.000
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	250.000.000
TOTAL			550.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	550.000.000
TOTAL						550.000.000

JUSTIFICATIVA

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73, publicada no Diário Oficial da União no dia sete deste mês, criando mais quatro Tribunais Regionais Federais (art. 27. § 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), implicando na redefinição da Justiça Federal em nove regiões no total.

@ Os Tribunais Regionais Federais abaixo, deverão ser instalados no prazo de 6 (seis) meses, a contar da promulgação da Emenda (somando-se aos 5 já existentes), dispostos da seguinte forma:

6ª Região: sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul;

7ª Região: sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais;

8ª Região: sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe;

9ª Região: sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima

Assim, para se fazer cumprir a lei, os novos Tribunais Federais necessitarão de recursos da ordem de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) para a estruturação nos Estados.

Recebido em 26/11/13
Hora: 10:43
Ana Cristina Brasil - Matr. 25816

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2940 - Sérgio Souza



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 7 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Implantação de Varas Federais

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Poder Judiciário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
001 Implantação

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
709 Varas de Justiça

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Justiça Fed. de Primeiro Grau

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
02.122.0569.3755
Implantação de Varas Federais
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Vara federal instalada(unidade)

QUANTIDADE
40

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	5.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	25.000.000
TOTAL					30.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2	30.000.000
TOTAL							30.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir os recursos necessários à Justiça Federal para as despesas com reformas e adaptações de imóveis; aquisição de equipamento e material permanente; despesas com diárias e passagens; aquisição de material de consumo e demais despesas relacionadas à instalação de varas federais, adequando, deste modo, a estrutura da Justiça Federal à crescente demanda pela prestação jurisdicional. A Justiça Federal procederá às instalações de varas federais, de acordo com os cronogramas pré-estabelecidos pelos tribunais em suas respectivas regiões, de modo a garantir a interiorização da justiça e uma melhor adequação em municípios com maior demanda jurisdicional.

Recebido em 26/11/13

Hora: 16:05

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 5 de 9

(6)

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Poder Judiciário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Justiça Fed. de Primeiro Grau

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0569.4224

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Pessoa assistida(unidade)

QUANTIDADE

320.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

020000

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda objetiva garantir recursos para o pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente. Esta medida visa garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 05

Ana Cristina Brasil - Matr. 256169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 11:11

Página: 6 de 56

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Poder Judiciário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

264 | Construção de/da/do

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

304 | Edifício-Sede da Justiça Federal

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Justiça Fed. de Primeiro Grau

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

02.122.0569.9999

Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal

Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Unidade construída(% de execução física)

QUANTIDADE

10

AÇÃO ATÍPICA

AÇÃO

Ação Atípica

OBJETIVO

Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal

FINALIDADE

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal

ESPECIFICAÇÃO DA META

Unidade construída(% de execução física)

TIPO DA AÇÃO

Projeto

INÍCIO DA AÇÃO

01/2014

TÉRMINO DA AÇÃO

12/2015

CUSTO TOTAL (RS)

200.000.000

META TOTAL

200.000.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se faz necessária para as Obras de Construções de Edifícios-Sede da Justiça Federal em nosso país, em especial aos municípios no Estado de Rondônia, tendo em vista que a obra levará aos cidadãos do interior do estado um ramo do Poder Judiciário da União.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 13

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raupp

Órgãos do Poder Executivo

Defensoria Pública da União – DPU



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 15:26

Página: 1 de 4

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
Comissão - CCJ/SF - DPU - Anexo V - Pessoal - Despesa

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
990 Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.0909.0C04

Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

0C04-Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
(-)

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
1 Pessoal e Encargos Sociais	90 Aplic. Diretas	1	40.000.000
TOTAL			40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	40.000.000
TOTAL						40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

Nada sendo autorizado e destinado à DPU no Anexo V, a instituição ficará impossibilitada de, entre outros, repor aposentadorias, tendo sua dinâmica de pessoal radicalmente comprometida.

Recebido em 26/11/13
Hora: 12:46
Luiz P. Rossi Júnior - Matr. 228580
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2246 - Antonio Carlos Valadares



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:44

Página: 1 de 7

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA CCJ - 9 DPU - CCJ/SF - Anexo V - Pessoal - Despesa	
MODALIDADE DA EMENDA Individual	TIPO DE EMENDA Aprop.- Inclusão
ÁREA DE GOVERNO Justiça e Segurança Pública	
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO 990 Atípica / Outras	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA 990 Atípica/Desnecessária
LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional	

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA Def. Pública da União
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO 98.998.0909.0C04	
Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	
0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DA META (-)	QUANTIDADE 0
------------------------------	-----------------

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
1 Pessoal e Encargos Sociais	90 Aplic. Diretas	1	40.000.000
TOTAL			40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	40.000.000
TOTAL						40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2912 - Anibal Diniz

Recebido em 26/11/13

Hora: 14:51

Ana Cristina Brasil - Matr. 285166



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:11

Página: 1 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 0C04 - ATÍPICA - DPU - CCJ/SF - Anexo V - Pessoal - Despesa

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 - Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

990 - Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0909.0C04

Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

1 - Pessoal e Encargos Sociais

MOD. APLICAÇÃO

90 - Aplic. Diretas

RP

1

Valor Acrescido

40.000.000

TOTAL

40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

020000

FONTE

100

GND

9 - Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 - A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

40.000.000

TOTAL

40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 235169



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 12:15

Página: 2 de 26

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ1 - DPU - CCJ/SF - Anexo V - Pessoal - Despesa	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Inclusão
ÁREA DE GOVERNO	
Justiça e Segurança Pública	
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
990 Atípica / Outras	990 Atípica/Desnecessária
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0909.0C04
Provímento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações
0C04-Provímento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
(-)	0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
1 Pessoal e Encargos Sociais	90 Aplíc. Diretas	1	40.000.000
TOTAL			40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	40.000.000
TOTAL						40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2357 - Inácio Arruda

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:43

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 12:15

Página: 3 de 26

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

JUSTIFICATIVA

Nada sendo autorizado e destinado à DPU no Anexo V, a instituição ficará impossibilitada de, entre outros, repor aposentadorias, tendo sua dinâmica de pessoal radicalmente comprometida.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:55

Página: 5 de 12

12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Sen Mozarildo Cavalcanti

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

990 Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0909.0C04

Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

1 Pessoal e Encargos Sociais

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

RP

1

Valor Acrescido

40.000.000

TOTAL

40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

020000

FONTE

100

GND

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

ID RP

0 2

Valor Deduzido

40.000.000

TOTAL

40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2319 - Mozarildo Cavalcanti

Recebido em 26/11/13

Hora: 16:11

Ana Cristina Brasil - Matr. 265169



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:55

Página: 6 de 12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**JUSTIFICATIVA**

Nada sendo autorizado e destinado à DPU no Anexo V, a instituição ficará impossibilitada de, entre outros, repor aposentadorias, tendo sua dinâmica de pessoal radicalmente comprometida.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

(13)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:41

Página: 7 de 34

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Defensoria Pública da União - Anexo V - Pessoal - Despesa

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

990 Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0909.0C04

Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
1 Pessoal e Encargos Sociais	90 Aplic. Diretas	1	40.000.000
TOTAL			40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	40.000.000
TOTAL						40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2898 - Ana Rita

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 26

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:41

Página: 8 de 34

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**JUSTIFICATIVA**

Nada sendo autorizado e destinado à DPU no Anexo V, a instituição ficará impossibilitada de, entre outros, repor aposentadorias, tendo sua dinâmica de pessoal radicalmente comprometida.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:17

Página: 1 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

9 DPU - CCJ/SF - Anexo V - Pessoal - Despesa (Corrigida) Apenas Encaminhar

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

990 Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0909.0C04

Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

0C04-Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

1 Pessoal e Encargos Sociais

90 Aplic. Diretas

1

40.000.000

TOTAL

40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID RP

Valor Deduzido

020000

100

9

Reserva de Contingência

99) A Definir

0 2

40.000.000

TOTAL

40.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

Não há, no Anexo V do PLOA 2014, qualquer autorização para que a DPU possa realizar concursos ou convocar defensores e servidores, o que inviabiliza a expansão e, até mesmo, a manutenção do funcionamento ordinário da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A Lei nº 12.763/2012 criou 789 cargos de defensor público federal, dos quais apenas 80 foram providos em 2013. A DPU só está presente em 22% das localidades atendidas pela Justiça Federal. É preciso ampliar gradualmente essa participação no Sistema Justiça.

Há concurso vigente de Defensor até junho de 2014, com aprovados aptos a serem convocados, razão que demanda autorização para provimento dos cargos vagos, evitando que seja realizado novo concurso sem que os atuais aprovados sejam convocados para prover os cargos vagos. Além disso, é urgente a realização de novo concurso tanto para defensores quanto para servidores.

Segundo o PPA 2012-2015, que foi inclusive reiterado por Sua Excelência a Presidente da República, a DPU deveria instalar 200 novas unidades até 2015, o que não será possível sem a destinação de recursos (de custeio, pessoal e investimento) suficientes.

A presente emenda possibilitará a convocação de até 100 Defensores e até 361 servidores no próximo exercício, número que pode ser adequado às possibilidades financeiras e econômicas do país.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2908 - Eduardo Amorim

Recebido em 26/11/13

Hora: 16:50

Ana Cristina Brasil - Matr. 2551



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:31

Página: 6 de 34

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - DPU Assistência Jurídica ao Cidadão	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	
Orçamento Fiscal	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
Def. Pública da União	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
03.422.2020.2725.0001	
Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Cidadão assistido(unidade)	0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	1	45.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	1	10.000.000
TOTAL			55.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	55.000.000
TOTAL						55.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

O PLOA 2014 destinou apenas R\$ 103,2 milhões de custeio, valor inferior ao que será executado pela DPU em 2013 (R\$ 115,0 milhões) e que desconsidera as repactuações e ajustes naturais dos contratos que garantem cada unidade da DPU. Há risco de fechamento de unidades e de suspensão de atendimentos, já que se estima faltar R\$ 45 milhões para o custeio da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A presente emenda destina-se a recompor o orçamento de custeio da DPU e auxiliá-la no seu funcionamento cotidiano, que resta prejudicado nos termos das dotações originais. Esta emenda contribuirá sobremaneira para a expansão do número de atendimentos, bem como para a realização de itinerantes em localidades onde não há DPU instalada, bem como para a modernização da estrutura e dos sistemas da Instituição.

É importante frisar que a capacitação e desenvolvimento de defensores e servidores também é ponto que pode ser atendido a partir desta emenda, item fundamental para a melhoria dos serviços prestados.

Por todo o exposto, visando à melhoria global da DPU, apresento a presente emenda para deliberação da CCJ.

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 15 : 01
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2916 - Rodrigo Rollemberg



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:10

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 2725 - DPU - Cust. e Inv. - E5

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

03.422.2020.2725.0001

Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Cidadão assistido(unidade)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	1	400.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	1	100.000
TOTAL			500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	500.000
TOTAL						500.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

O PLOA 2014 destinou apenas R\$ 103,2 milhões de custeio, valor inferior ao que será executado pela DPU em 2013 (R\$ 115,0 milhões) e que desconsidera as repactuações e ajustes naturais dos contratos que guarnecem cada unidade da DPU. Há risco de fechamento de unidades e de suspensão de atendimentos, já que se estima faltar R\$ 45 milhões para o custeio da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A presente emenda destina-se a auxiliar a DPU no seu funcionamento cotidiano, que resta prejudicado nos termos das dotações originais, e contribuirá sobremaneira para a expansão do número de atendimentos, bem como para a realização de itinerantes em localidades onde não há DPU instalada e para a modernização da estrutura e dos sistemas da Instituição.

É importante frisar que a capacitação e desenvolvimento de defensores e servidores também é ponto que pode ser atendido a partir desta emenda, item fundamental para a melhoria dos serviços prestados.

Por todo o exposto, visando à melhoria global da DPU, apresento a presente emenda.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 256169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:11

Página: 2 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

JUSTIFICATIVA

Nada sendo autorizado e destinado à DPU no Anexo V, a instituição ficará impossibilitada de, entre outros, repor aposentadorias, tendo sua dinâmica de pessoal radicalmente comprometida.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 9 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

997 prestação de

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

804 Assistência Jurídica

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

03.422.2020.2725

Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Cidadão assistido(unidade)

QUANTIDADE

220.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	45.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	10.000.000
TOTAL					55.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID RP

Valor Deduzido

020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2	55.000.000
TOTAL							55.000.000

JUSTIFICATIVA

A Defensoria Pública da União (DPU) é responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão carente em âmbito nacional, com atuação nas Justiças Militar, Eleitoral, do Trabalho e Federal, bem como perante os órgãos da Administração Pública Federal. Trata-se de assistência judicial e extrajudicial de excelência, que envolve os diversos ramos do direito e visa a realizar o acesso à Justiça daqueles desprovidos de recursos e dos que se encontrem em situação de vulnerabilidade: presos, quilombolas, indígenas, vítimas de escarpelamento por embarcação, estrangeiros, pessoas em situação de rua, hansenianos, consumidores, entre outros. Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada. Esta emenda, pois, visa permitir que a DPU continue a expandir seus atendimentos, aumentando o número de unidades, de defensores e, naturalmente, de pessoas beneficiadas pelo serviço de prestação de assistência jurídica integral e gratuita.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 05

Ana Cristina Brasil - Matr. 255069

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:41

Página: 9 de 34

18

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Defensoria Pública da União - Cust. e Inv. - E4

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Def. Pública da União

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

03.422.2020.2725.0001

Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Cidadão assistido(unidade)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	1	320.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	1	80.000
TOTAL					400.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID RP

Valor Deduzido

020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	400.000
TOTAL								400.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a DPU está instalada em todas as capitais e em vários municípios, totalizando 65 unidades, nas quais atuam 561 Defensores Públicos Federais. A Instituição somente detém um imóvel próprio, razão pela qual 40% de suas dotações orçamentárias são destinadas ao aluguel das instalações. Não há carreira de apoio especializada.

O PLOA 2014 destinou apenas R\$ 103,2 milhões de custeio, valor inferior ao que será executado pela DPU em 2013 (R\$ 115,0 milhões) e que desconsidera as repactuações e ajustes naturais dos contratos que garantem cada unidade da DPU. Há risco de fechamento de unidades e de suspensão de atendimentos, já que se estima faltar R\$ 45 milhões para o custeio da Instituição.

Isso pode representar grave prejuízo à população brasileira que é potencial usuária dos serviços da Defensoria, estimada em aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

Somente no ano de 2012, a DPU realizou 1.207.259 atendimentos. Até outubro deste ano, esse número já chegou a 1.258.735, superando os atendimentos realizados no ano anterior.

A presente emenda destina-se a auxiliar a DPU no seu funcionamento cotidiano, que resta prejudicado nos termos das dotações originais, e contribuirá sobremaneira para a expansão do número de atendimentos, bem como para a realização de itinerantes em localidades onde não há DPU instalada e para a modernização da estrutura e dos sistemas da Instituição.

É importante frisar que a capacitação e desenvolvimento de defensores e servidores também é ponto que pode ser atendido a partir desta emenda, item fundamental para a melhoria dos serviços prestados.

Por todo o exposto, visando à melhoria global da DPU, apresento a presente emenda.

Recebido em 26/11/13

Hora: 16:27

Ana Cristina Brasil - Matr. 256

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2898 - Ana Rita

Ministério da Justiça



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:13

Página: 3 de 5

19

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2020.8946.0001

Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto executado(unidade)

QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	99	A Definir	2	13.666.282
4	Investimentos	99	A Definir	2	12.000.000
TOTAL					25.666.282

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	25.666.282
TOTAL						25.666.282

JUSTIFICATIVA

A implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil resgata um período da história do Brasil pouco conhecida do povo brasileiro. Contribuirá, sem dúvida, para a preservação da memória histórica e para a construção de um equipamento público destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, além de servir de instrumento simbólico de reparação moral aos que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais. Apresento a emenda em tela visando tornar factível essa reparação.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15:49

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2919 - Raulfe Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013
Hora: 10:52
Página: 5 de 56

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Comissão Constituição e Justiça - Defensoria Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2020.8974.0001

Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Avença assinada(unidade)

QUANTIDADE

10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas
		2	200.000.000
TOTAL			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
					2	200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina-se à construção, ampliação e reforma de sedes e unidades de Defensorias Públicas nas capitais e interior do nosso país, em especial no Estado de Rondônia, bem como inaugurar um processo de estruturação e modernização das Instituições, a fim de que se possa democratizar o acesso à justiça e o pleno exercício da cidadania da população carente dos estados brasileiros.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 12

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raupp



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 18:16

Página: 7 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
006 Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
017 Assistência Judiciária

LOCALIDADE BENEFICIADA
0000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
14.422.2020.8974
Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Avença assinada(unidade)

QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplíc. Diretas	2	16.000.000
4 Investimentos	90 Aplíc. Diretas	2	4.000.000
TOTAL			20.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	20.000.000
TOTAL						20.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar ações que tornem o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos. O acesso à Justiça no Brasil é desigual e custoso; os provimentos, lentos e por isso inadequados. Os recursos solicitados seriam empregados em atividades para mudar tal quadro, com a geração de conhecimento e de consenso social sobre políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à Justiça de qualidade e temporânea. O resultado esperado da iniciativa é a ampliação da efetividade do Sistema de Justiça, o que inclui as instâncias de regulação de direitos coletivos e difusos, consumo inclusivo, nos níveis administrativo e judicial. Entre as políticas cuja promoção o aporte de recursos auxiliará está a criação de câmaras de conciliação e de mediação e projetos de acesso à justiça a grupos vulneráveis. A menção é válida, dado o alto índice de êxito de uma dessas políticas, a Justiça Comunitária, que, por meio da criação de centros de mediação nas comunidades vulneráveis, logrou índices superiores a 60% de êxito em solução de conflitos entre indivíduos, consumidores, e pessoas jurídicas, fornecedores, com benefícios para ambos os contadores em tempo e eficácia. Também é previsto o seguimento do projeto Casa de Direitos, que tem o objetivo de garantir a comunidades de baixa renda acesso à Justiça por meio de ações de cidadania com vistas à instituição de uma ordem jurídica justa e da cidadania plena aos moradores de cada localidade. Cada Casa representará, na prática, a entrada das instituições de Justiça formal nestes territórios. Pretende-se a instalação de unidades permanentes, nas quais será realizada a prestação de serviços como: orientação jurídica sobre direito de família, INSS, direito do trabalho, violência doméstica, emissão de ofícios para segunda via de documentos e registros de ocorrência em casos de violência doméstica, entre outros. A associação deste projeto a iniciativas de pacificação e de ampliação da presença do Estado nessas comunidades apresenta grande potencial de solidificar o estado como agente da Justiça nesses ambientes. O aporte de recursos, na medida em que ampliará a abrangência, mobilização e a metodologia empregada, terá impacto na implementação de direito fundamental que amplia a efetividade de todo o Sistema de Justiça, incluindo as relações de consumo. A melhoria das condições e da qualidade na solução de conflitos implicaria benefícios sociais e econômicos de curto e médio prazos.

Recebido em 26/11/13

Hora: 18:26

Ana Cristina Brasil - Ma

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 1 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 201D - APOIO À ESTRUTURAÇÃO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.201D.0001

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

122

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL			300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo o Ministério da Justiça, as ações de modernização das instituições de segurança pública, nos aspectos de gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, são vitais a segurança do cidadão. Não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a este contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições das várias ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos, com a participação de professores, pesquisadores e profissionais das universidades e institutos de pesquisa. Para tanto, são necessários recursos que viabilizem investimentos na área de educação e pesquisa, principalmente.

Esta emenda apresenta grande importância, pois visa implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 35

Ana Cristina Brasil - Matr. 255069

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 44 de 165

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Prevenção à Violência e à Criminalidade

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20UD.0001

Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

619.524

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	50.000.000
3 Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2	50.000.000
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	160.000.000
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	100.000.000
TOTAL			360.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	360.000.000
TOTAL						360.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida. Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:03

Página: 6 de 21

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ 03) Segurança Pública com Cidadania

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20UD.0001

Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

30.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios	2	50.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	50.000.000
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	50.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	50.000.000
TOTAL					200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2	200.000.000
TOTAL							200.000.000

JUSTIFICATIVA

Prevenção à Violência e à Criminalidade.

Recebido em 25 / 11 / 13
Hora: 18 : 52
Lulz P. Rossi Júnior - Matr. 228680
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013
Hora: 15:41
Página: 10 de 34

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Prevenção à violência e à criminalidade

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20UD.0001

Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

50.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	16.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	11.000.000
TOTAL					27.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 27.000.000
TOTAL						27.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ampliar o volume de recurso para despesas de custeio e investimento, visando apoiar a realização de campanha de desarmamento, a publicação de material informativo nas diversas mídias, a articulação com entidades da sociedade civil em projetos de formação cidadã e iniciativas de prevenção e a ampliação da presença do Estado em territórios com elevado índice de vulnerabilidade social e criminal. Visa ainda, implementar ações voltadas ao segmento LGBT, mulheres, pessoas em situação de rua, crianças, adolescentes, idosos, pessoa com deficiência e negros.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 28

Ana Cristina Brasil - Matr. 255469

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2898 - Ana Rita



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 55 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Prevenção à Violência e à Criminalidade

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20UD.0001

Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

619.524

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2 50.000.000
3	Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2 50.000.000
4	Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2 160.000.000
4	Investimentos	40 Transf. a Municípios	2 100.000.000
TOTAL			360.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	360.000.000
TOTAL						360.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multisetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida. Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.

Recebido em 26/11/13

Hora: 17:23

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 10 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - Prevenção à Violência e à Criminalidade

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20UD.0001

Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

619.524

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2 50.000.000
3	Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2 50.000.000
4	Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2 160.000.000
4	Investimentos	40 Transf. a Municípios	2 100.000.000
TOTAL			360.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 360.000.000
TOTAL						360.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida. Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.

Recebido em 26/11/13

Hora: 18 : 24

Ana Cristina Brasil - Matr. 258160

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:31

Página: 8 de 34

28

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Plano Nacional de Segurança Pública para Grandes Eventos

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.183.2070.7U23.0001

Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Plano de ação executado(% de execução física)

QUANTIDADE

10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

A segurança para Grandes Eventos tem por objetivo garantir a segurança dos eventos de larga escala que o Brasil receberá nos próximos anos: a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

A realização de grandes eventos é um desafio para qualquer país. No tocante à segurança, o governo brasileiro decidiu criar a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, com a responsabilidade de coordenar esforços das forças de segurança e de defesa civil, buscando a integração e o aperfeiçoamento tecnológico e de procedimentos dessas instituições.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 01

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2916 - Rodrigo Rollemberg



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 41 de 165

29

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.8855.0001

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

17.160

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30	Transf. a Est. e ao DF	2	100.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
4	Investimentos	30	Transf. a Est. e ao DF	2	297.289.500
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL					697.289.500

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2	697.289.500
TOTAL							697.289.500

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:03

Página: 4 de 21

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ 01) Segurança Pública com Cidadania

MODALIDADE DA EMENDA
IndividualTIPO DE EMENDA
Aprop. - AcréscimoLOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento FiscalUNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.8855.0001

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

230

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios	2	60.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	60.000.000
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	60.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	60.000.000
TOTAL					240.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido		
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	240.000.000
TOTAL								240.000.000

JUSTIFICATIVA

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.

Recebido em 25/11/13
Hora: 18:52
Luiz P. Rossi Júnior - Matr. 228580
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 5 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 8855 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.8855.0001

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

3.691

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	20.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	130.000.000
TOTAL					150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido		
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL								150.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa ação visa o Desenvolvimento de diagnósticos na área de segurança pública; apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública; apoio a projetos de aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de segurança dos Estados, Distrito Federal e Municípios, tais como: aquisição de scanners veiculares, sistemas de inteligência e interceptação de sinais, veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos decorrente de suas atividades, estabelecendo a proteção individual; equipamentos de radiocomunicações, videomonitoramento de vias públicas; mobiliário e materiais diversos para atividades de policiamento ostensivo, comunitário ou de proximidade, de investigação criminal sistema de inteligência de segurança pública, centros integrados de operações de segurança pública, unidades especializadas da polícia civil; unidades de perícia, núcleos/setores de estatística e análise criminal, visando o fortalecimento da política interdisciplinar de combate à violência e à impunidade com a finalidade de ampliar a presença do estado em territórios com altos índices de violência e criminalidade. Fortalecimento do Sistema Estadual, Municipal e Distrital de Inteligência em Segurança Pública, por meio de investimento para aquisição, instalação de equipamentos e serviços convivência pacífica a partir de sua atuação. Assim o presente reforço se faz importante ao OGU 2014.

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 253169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 52 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENDA

CCJ - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.8855.0001

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

17.160

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	100.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
4	Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	297.289.500
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL				697.289.500

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	697.289.500
TOTAL						697.289.500

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

Recebido em 26/11/13

Hora: 17:18

Uma Cristina Brasil - Matr. 25816

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 7 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.8855.0001

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

17.160

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30	Transf. a Est. e ao DF	2	100.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
4	Investimentos	30	Transf. a Est. e ao DF	2	297.289.500
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL					697.289.500

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	697.289.500
TOTAL						697.289.500

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

Recebido em 26/11/13
Hora: 18:21
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia

Departamento de Polícia Rodoviária Federal



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 39 de 165

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Dep. Polícia Rod. Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
06.181.2070.200G.0001
Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Obra realizada(unidade)

QUANTIDADE
17.200

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	169.459.520
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL			369.459.520

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	369.459.520
TOTAL						369.459.520

JUSTIFICATIVA

Provisionamento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 49 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Dep. Polícia Rod. Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.200G.0001

Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Obra realizada(unidade)

QUANTIDADE

17.200

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas 2	169.459.520
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas 2	200.000.000
TOTAL			369.459.520

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	369.459.520
TOTAL						369.459.520

JUSTIFICATIVA

Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17:14

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 4 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA Comissão de Constituição e Justiça - Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal	
MODALIDADE DA EMENDA Individual	TIPO DE EMENDA Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA Dep. Polícia Rod. Federal
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO 06.181.2070.200G.0001 Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META Obra realizada(unidade)	QUANTIDADE 17.200

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	169.459.520
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL			369.459.520

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	369.459.520
TOTAL						369.459.520

JUSTIFICATIVA

Proveniente de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.
Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 18 : 17

Ana Cristina Brasil - Matr. 253168

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 42 de 165

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

MODALIDADE DA EMENDA
IndividualTIPO DE EMENDA
Aprop.- AcréscimoLOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento FiscalUNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Dep. Polícia Rod. Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2723.0001

Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procedimento realizado(unidade)

QUANTIDADE

32.226.414

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	148.591.242
TOTAL			348.591.242

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	348.591.242
TOTAL						348.591.242

JUSTIFICATIVA

Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 53 de 179

38

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Dep. Polícia Rod. Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2723.0001

Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procedimento realizado(unidade)

QUANTIDADE

32.226.414

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

200.000.000

4 Investimentos

90 Aplic. Diretas

2

148.591.242

TOTAL 348.591.242

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE

020000 100

GND

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

ID RP

0 2

Valor Deduzido

348.591.242

TOTAL 348.591.242

JUSTIFICATIVA

Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.

Recebido em 26.11.13

Hora: 17:21

Ana Cristina Bra 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 8 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
Comissão de Constituição e Justiça - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Dep. Polícia Rod. Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
06.181.2070.2723.0001
Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Procedimento realizado(unidade)

QUANTIDADE
32.226.414

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	200.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	148.591.242
TOTAL					348.591.242

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2
						348.591.242
TOTAL						348.591.242

JUSTIFICATIVA

Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.

Recebido em 26/11/13

Hora: 18 : 22

Ana Cristina Brasil - Matr. 285169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia

Fundação Nacional do Índio - FUNAI



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:26

Página: 20 de 46

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena - Nacional

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

990 Atípica/Desnecessária

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAI

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.2065.20UF

Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato

Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena - Nacional - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Terra indígena fiscalizada(unidade)

QUANTIDADE

150

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

500.000.000

TOTAL

500.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
001238	100	4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	20.000.000
001238	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
001241	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
001241	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
002902	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	10.000.000
002904	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	10.000.000
003100	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	60.000.000
003490	100	4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	0	3	40.000.000
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL						500.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda consiste em assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação uma reparação financeira, sem, por outro lado desguarnecer os direitos dos indígenas à terra. Os títulos dominiais emitidos precisam ser protegidos sendo necessário conciliar os interesses em conflito, para isso, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance e os recursos fiquem garantidos no Orçamento Geral da União. Em meu Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a política de ocupação, historicamente em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo uma guerra e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federal à época, realizou uma série de projetos que visavam justamente colonizar a nossa região, são diversas propriedades com mais de 50, 100 anos de ocupação e produtividade, não podendo agora sob a alegação de devolução de terras consideradas indígenas não levar em consideração o marco temporal de reconhecimento e ignorar o título emitido ou comercializado considerando nulo; Por este motivo a indicação dos recursos aprovados nesta emenda tem por objetivo apoiar a União a acatar os títulos que concedeu e promover a indenização necessária.

Em 2013, foi aprovada emenda da Comissão de Constituição e Cidadania - Senado Federal, que consta da Lei 12.798/2013, cuja funcional-programática é a de nº 14.125.2065.20UF.7000, que trazia na meta o descritor:

- TERRA INDÍGENA REGULARIZADA /PROTEGIDA. Entende-se o descritor anterior como mais abrangente e de maior sentido ao objeto proposto, razão pela qual solicitamos que seja feito um ajuste para que conste o descritor utilizado na Lei Orçamentária de 2013.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2915 - Waldemir Moka

Recebido em 26/11/13

Hora: 18 : 28

Ana Cristina Brasil - Matr. 2551

Fundo de Defesa de Direitos Difusos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 3 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - 6067 - DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	Fundo Direitos Difusos
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
14.422.2020.6067.0001	
Defesa dos Direitos Difusos	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Projeto aprovado(unidade)	7.675

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reforçar a dotação do programa de trabalho constante do Projeto de Lei encaminhado pelo poder executivo, com a finalidade de apoiar a defesa dos direitos difusos. Neste contexto estão inclusos, entre outros, a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os direitos e interesses difusos são espécie da categoria dos interesses transindividuais. Estes são os interesses de grupos, classes ou categorias de lesados individuais, reunidos por circunstâncias de fato ou de direito comuns. Os interesses de grupos pode ser difusos quando reúnam um grupo indeterminável de lesados, como os habitantes de uma cidade, que sofrem com sua poluição ambiental.

A defesa desses grupos, especialmente os interesses difusos, significa, em primeiro lugar, um só processo para a defesa de todo o grupo, o que permite não só efetivo acesso à Justiça em benefício de todos, como também maior economia processual, porque se evitam decisões contraditórias.

Dessa forma a apresentação desta emenda justifica-se em face da importância dessa iniciativa para apoiar projetos que visam à reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, às pessoas com deficiência, às crianças e adolescentes bem como àqueles decorrentes da infração à ordem econômica, entre outros interesses difusos e coletivos.

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 50 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop. - Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	Fundo Direitos Difusos
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
14.422.2020.6067.0001	
Defesa dos Direitos Difusos	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Projeto aprovado(unidade)	7.675

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2	150.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reforçar a dotação do programa de trabalho constante do Projeto de Lei encaminhado pelo poder executivo, com a finalidade de apoiar a defesa dos direitos difusos. Neste contexto estão incluídos, entre outros, a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os direitos e interesses difusos são espécie da categoria dos interesses transindividuais. Estes são os interesses de grupos, classes ou categorias de lesados individuais, reunidos por circunstâncias de fato ou de direito comuns. Os interesses de grupos pode ser difusos quando reúnam um grupo indeterminável de lesados, como os habitantes de uma cidade, que sofrem com sua poluição ambiental.

A defesa desses grupos, especialmente os interesses difusos, significa, em primeiro lugar, um só processo para a defesa de todo o grupo, o que permite não só efetivo acesso à Justiça em benefício de todos, como também maior economia processual, porque se evitam decisões contraditórias.

Dessa forma a apresentação desta emenda justifica-se em face da importância dessa iniciativa para apoiar projetos que visam à reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, às pessoas com deficiência, às crianças e adolescentes bem como aqueles decorrentes da infração à ordem econômica, entre outros interesses difusos e coletivos.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17 : 16

Ana Cristina Brasil - Matr. 258169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 5 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Fundo Direitos Difusos

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2020.6067.0001

Defesa dos Direitos Difusos

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto aprovado(unidade)

QUANTIDADE

7.675

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios
		2	150.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FUNTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
					2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reforçar a dotação do programa de trabalho constante do Projeto de Lei encaminhado pelo poder executivo, com a finalidade de apoiar a defesa dos direitos difusos. Neste contexto estão inclusos, entre outros, a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os direitos e interesses difusos são espécie da categoria dos interesses transindividuais. Estes são os interesses de grupos, classes ou categorias de lesados individuais, reunidos por circunstâncias de fato ou de direito comuns. Os interesses de grupos pode ser difusos quando reúnam um grupo indeterminável de lesados, como os habitantes de uma cidade, que sofrem com sua poluição ambiental.

A defesa desses grupos, especialmente os interesses difusos, significa, em primeiro lugar, um só processo para a defesa de todo o grupo, o que permite não só efetivo acesso à Justiça em benefício de todos, como também maior economia processual, porque se evitam decisões contraditórias.

Dessa forma a apresentação desta emenda justifica-se em face da importância dessa iniciativa para apoiar projetos que visam à reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, às pessoas com deficiência, às crianças e adolescentes bem como aqueles decorrentes da infração à ordem econômica, entre outros interesses difusos e coletivos.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 18 : 18

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia

Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 16:39

Página: 9 de 12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Monitoração Eletrônica como Alternativa Penal

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.421.2070.20UG.0001

Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30	Transf. a Est. e ao DF
		2	5.000.000
TOTAL			5.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
					2	5.000.000
TOTAL						5.000.000

JUSTIFICATIVA

Complementação de dotação orçamentária que visa estabelecer recursos suficientes para a ampliação do projeto piloto de monitoração eletrônica desenvolvido pelo DEPEN para fomentar a aplicação de alternativas penais diversa da prisão. O projeto teve início de implantação em 2013 com o repasse de recursos para 04 Estados da Federação e com 1.000 beneficiados por mês pelo período de 2 anos, com a expansão do recurso possibilitará a implantação em 10 UFs em 2014 com outros 2.000 beneficiados mês, reduzindo o número de presos. O projeto piloto tem como público alvo pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade dentro do sistema prisional, como mulheres grávidas, portadores de doenças infecto-contagiosas, condenados maiores de 70 anos e condenadas com filho menor, deficiente físico ou mental

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17 : 00

Ana Cristina Brasil Matr 75511

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2919 - Randolfe Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 2 de 5

EPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**EMENTA**

CCJ - 20UH - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL E PENITENCIÁRIO

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.421.2070.20UH.0001

Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

126

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	280.000.000
TOTAL			300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

A superlotação é talvez o mais grave problema envolvendo o sistema penal hoje. As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso um mínimo de dignidade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a taxa de ocupação dos presídios no Brasil é de 1,65 presos por vaga. O sistema penal deve ter estrutura hábil que torne possível a reintegração do cidadão infrator à sociedade, reconduzindo-o aos valores morais, sociais e éticos, com igualdade de oportunidades neste recomeço.

O objetivo da ação é reduzir o déficit no sistema penitenciário nacional apoiando os estados. Para tanto, auxilia a implantar projetos que visam à geração de vagas, por meio da construção de estabelecimentos penais, ampliação de edificações já existentes e reforma que aumentem a área construída.

Assim, esta emenda visa apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 35

Ana Cristina Brasil - Matr. 235469

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013
Hora: 16:39
Página: 8 de 12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
Modernização do Sistema Penitenciário Brasileiro

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
14.421.2070.20UH.0001

Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE
1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	35.000.000
TOTAL			35.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	35.000.000
TOTAL						35.000.000

JUSTIFICATIVA

Complementação de dotação orçamentária que visa estabelecer recursos suficientes para:

a) aquisição e doação de equipamentos de segurança eletrônica para todas as Unidades da Federação visando melhorar o controle de acesso de servidores e visitantes dos estabelecimentos prisionais. Esta ação tem por objetivo a aquisição de raios-x, detectores de metais e banquetas e pretende atingir, ao menos, 100 estabelecimentos prisionais em todas as UFs. Como objetivo secundário pretende-se incentivar a redução de revistas vexatórias nos estabelecimentos prisionais;

b) aquisição e doação de equipamentos de tecnologia da informação para desenvolvimento de sistemas de gestão prisional e acompanhamento de penas. O objetivo é aumentar a capacidade de armazenagem e processamentos dos dados qualitativos dos presos com a aquisição de computadores e servidores de rede, fortalecendo o Sistema Nacional de Acompanhamento de Penas nas 27 Unidades da Federação;

c) repasse de recursos para a construção de 60 módulos de saúde do tipo Unidade Básica de Saúde – UBS em estabelecimentos prisionais com mais de 500 presos para implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Pessoas Privadas de Liberdade. Ação tem como objetivo melhorar a atenção básica e de média complexibilidade no sistema Prisional favorecendo a redução da proliferação das doenças infecto-contagiosas, bem como a remoção de presos para unidades hospitalares dos municípios

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 16 : 59
Ana Cristina Brasil - Matr. 285169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2919 - Randolfe Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 46 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL E PENITENCIÁRIO

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.421.2070.20UH.0001

Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

126

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

300.000.000

TOTAL

300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

020000

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

ID RP

0 2

Valor Deduzido

300.000.000

TOTAL

300.000.000

JUSTIFICATIVA

A superlotação é talvez o mais grave problema envolvendo o sistema penal hoje. As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso um mínimo de dignidade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a taxa de ocupação dos presídios no Brasil é de 1,65 presos por vaga. O sistema penal deve ter estrutura hábil que torne possível a reintegração do cidadão infrator à sociedade, reconduzindo-o aos valores morais, sociais e éticos, com igualdade de oportunidades neste recomeço.

O objetivo da ação é reduzir o déficit no sistema penitenciário nacional apoiando os estados. Para tanto, auxilia a implantar projetos que visam à geração de vagas, por meio da construção de estabelecimentos penais, ampliação de edificações já existentes e reforma que aumentem a área construída.

Assim, esta emenda visa apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17:07

Ana Cristina Brasil - Matr. 25511

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 1 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
Comissão de Constituição e Justiça - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL E PENITENCIÁRIO

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
14.421.2070.20UH.0001

Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE
126

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas
		2	300.000.000
TOTAL			300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	300.000.000
				0	2	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

A superlotação é talvez o mais grave problema envolvendo o sistema penal hoje. As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso um mínimo de dignidade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a taxa de ocupação dos presídios no Brasil é de 1,65 presos por vaga. O sistema penal deve ter estrutura hábil que torne possível a reintegração do cidadão infrator à sociedade, reconduzindo-o aos valores morais, sociais e éticos, com igualdade de oportunidades neste recomeço.

O objetivo da ação é reduzir o déficit no sistema penitenciário nacional apoiando os estados. Para tanto, auxilia a implantar projetos que visam à geração de vagas, por meio da construção de estabelecimentos penais, ampliação de edificações já existentes e reforma que aumentem a área construída.

Assim, esta emenda visa apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 18 : 11

Ana Cristina Brasil - Matr. 285169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 16:39

Página: 2 de 12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
Aprimoramento da Segurança do Sistema Penitenciário Federal	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	
Orçamento Fiscal	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
FUNPEN	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
14.421.2070.20WS.0001	
Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Ação concluída(unidade)	

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	49.700.000
TOTAL			49.700.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	49.700.000
TOTAL						49.700.000

JUSTIFICATIVA

Complementação de dotação orçamentária que visa estabelecer recursos suficientes para:

- A) continuidade da execução da obra da Quinta Penitenciária Federal, a ser construída na cidade de Brasília DF, que exercerá o importante papel de ampliação do número de vagas no Sistema Penitenciário Federal, consolidando a sua função no combate ao crime organizado e na desarticulação das facções criminosas que atuam nos estabelecimentos prisionais do País;
- B) aquisição de ativos de segurança eletrônica para melhoria do Sistema Penitenciário Federal. Serão adquiridos 04 Scanners de Corpo, 02 maletas de identificação de celulares, renovação do parque tecnológico das câmeras e sistema de monitoramento das 04 Penitenciárias Federais de Segurança Máxima. Esta ação visa o combate ao crime organizado e a desarticulação das facções criminosas que atuam nos estabelecimentos prisionais do País;
- C) adequação física das 04 Penitenciárias Federais de Segurança Máxima permitirá um melhor funcionamento das Unidades e a possibilidade de aproximação com a comunidade. Serão adequados alguns espaços já existentes para a criação de auditório, salas multifuncionais e correções na estrutura das Unidades.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 56

Ana Cristina Brasil - Matr. 255160

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2919 - Randolfe Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 16:39

Página: 5 de 12

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Consolidação da Mudança da Sede do DEPEN

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNPEN

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.122.2112.2000.0001

Administração da Unidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	5.700.000
TOTAL			5.700.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	5.700.000
TOTAL						5.700.000

JUSTIFICATIVA

Complementação de dotação orçamentária que visa estabelecer recursos suficientes para arcar com a mudança de sede administrativa do Departamento Penitenciário Nacional, de modo que o órgão possa realizar as licitações de contratos e demais aquisições para a sua manutenção independente do Ministério da Justiça, tais como, serviços de eventos, publicações, itens de material de expediente, contratos de limpeza, manutenção predial, copeiragem, brigada, segurança armada, dentre outros

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 53

Ana Cristina Brasil - Matr. 26516

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2919 - Randolfe Rodrigues

Fundo Nacional de Segurança Pública



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:03

Página: 7 de 21

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ 04) Fundo Nacional de Segurança Pública - ENAFRON

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.201C.0001

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

30.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON.

Recebido em 25/11/13
Hora: 18:52
Lulz P. Rossi Júnior - Matr. 228580
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:26

Página: 17 de 46

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
06.181.2070.201C.0001
Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE
12

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2 50.000.000
4	Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2 50.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
002825	100	4	Investimentos	90	0 2	10.000.000
002902	100	3	Outras Despesas Correntes	90	0 2	40.000.000
002904	100	4	Investimentos	90	0 2	20.000.000
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	0 2	30.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda visa a modernização das estruturas físicas, das unidades da Polícia Federal, para auxiliar no combate ao tráfico de drogas e entorpecentes e do crime organizado em todo o país, visa dar maior suporte à investigação e prevenção a crimes de uso indevido, tráfico ilícito e produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física e psíquica.

"É muito importante implantar novas unidades da Polícia Federal, principalmente pela extensão de fronteira que há em nosso país.

As fronteiras serão muito melhor monitoradas, pois haverá maior número de unidades e pessoas servindo aos objetivos de combate aos ilícitos."

Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Recebido em 26/11/13

Hora: 18:29

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2915 - Waldemir Moka



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 13:57

Página: 2 de 6

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
COMISSÃO-CCJ-Segurança Pública-Estruturação e Reaparelhamento

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
006 Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
501 Órgãos de Segurança

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
06.181.2070.201D

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE
2.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	120.000.000
TOTAL			120.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	120.000.000
TOTAL						120.000.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é apoiar projetos referentes à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros de inteligência de Segurança Pública, centros integrados de operações de Segurança Pública, unidades de perícia, núcleos, setores de estatística e análise criminal, principalmente na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, e outras unidades correlatas, bem como no reaparelhamento dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios dotando-os de equipamentos tecnológicos e não tecnológicos de segurança e proteção à vida (EPI e EPR), veículos, embarcações, aeronaves, armamentos e munições letais e não letais, mobiliários e materiais voltados para atividade operacional dos Órgãos e Instituições de Segurança Pública.

Recebido em 25 / 11 / 13

Hora: 15:47

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2590 - Gim Argello



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 38 de 165

ESELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**EMENTA**

CCJ - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20ID.0001

Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

138

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)**GND****MOD. APLICAÇÃO****RP****Valor Acrescido**

4	Investimentos	30	Transf. a Est. e ao DF	2	150.000.000
4	Investimentos	90	Aplie. Diretas	2	188.015.385
TOTAL					338.015.385

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**SEQUENCIAL****FONTE****GND****MOD. APLICAÇÃO****ID RP****Valor Deduzido**

020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	338.015.385
TOTAL								338.015.385

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 4 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

006 Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

501 Órgãos de Segurança

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.201D

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

40

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

50.000.000

4 Investimentos

90 Aplic. Diretas

2

50.000.000

TOTAL

100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

020000

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

100.000.000

TOTAL

100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar a implantação da infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública. Entre as ações possíveis, destacamos o apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas; o reaparelhamento dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios dotando-os de equipamentos tecnológicos e não tecnológicos de segurança e proteção à vida, veículos, embarcações, aeronaves, armamentos e munições letais e não letais, mobiliários e materiais voltados para atividade operacional dos Órgãos e Instituições de Segurança Pública; fortalecimento dos órgãos de controle interno e externo da atividade policial e das guardas municipais, por meio da estruturação, formação e articulação para a estruturação e reestruturação das Corregedorias e Ouvidorias das instituições de segurança pública; modernização ou implantação de sistemas de informações de segurança pública; aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação; entre outros.

Recebido em 26/11/13

Hora: 16:25

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 47 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - APOIO À ESTRUTURAÇÃO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MODALIDADE DA EMENDA
IndividualTIPO DE EMENDA
Aprop.- AcréscimoLOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento FiscalUNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FNSPFUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
06.181.2070.201D.0001Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

544

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido	
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	150.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL					300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo o Ministério da Justiça, as ações de modernização das instituições de segurança pública, nos aspectos de gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, são vitais à segurança do cidadão. Não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a este contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições das várias ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos, com a participação de professores, pesquisadores e profissionais das universidades e institutos de pesquisa. Para tanto, são necessários recursos que viabilizem investimentos na área de educação e pesquisa, principalmente.

Esta emenda apresenta grande importância, pois visa implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17 : 09

Ana Cristina Brasil - Matr. 256168

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 48 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.20ID.0001

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

138

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	150.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	188.015.385
TOTAL			338.015.385

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	338.015.385
TOTAL						338.015.385

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17:12

Ana Cristina Brasil - Matr. 255/6

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013
Hora: 13:09
Página: 2 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - APOIO À ESTRUTURAÇÃO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.201D.0001

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

544

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL			300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo o Ministério da Justiça, as ações de modernização das instituições de segurança pública, nos aspectos de gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, são vitais à segurança do cidadão. Não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a este contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições das várias ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos, com a participação de professores, pesquisadores e profissionais das universidades e institutos de pesquisa. Para tanto, são necessários recursos que viabilizem investimentos na área de educação e pesquisa, principalmente.

Esta emenda apresenta grande importância, pois visa implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 18 : 12

Ana Cristina Brasil - Matr. 27516

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 3 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2010.0001

Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

138

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	150.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	188.015.385
TOTAL			338.015.385

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	338.015.385
TOTAL						338.015.385

JUSTIFICATIVA

Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp.

Recebido em 26/11/13

Hora: 13:14

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 40 de 165

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - Força Nacional de Segurança Pública	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	
Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
	FNSP
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
06.181.2070.2B00.0001	
Força Nacional de Segurança Pública	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Servidor apostado(unidade)	3.981

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	264.456.382
TOTAL			464.456.382

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	464.456.382
TOTAL						464.456.382

JUSTIFICATIVA

Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 18:03

Página: 5 de 21

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ 02) Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2B00.0001

Força Nacional de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Servidor apostado(unidade)

QUANTIDADE

1.500

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

Força Nacional de Segurança Pública.

Recebido em 25/11/13
Hora: 18:52

Lulz P. Rossi Júnior - Matr. 228580
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro

62



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 51 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Força Nacional de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2B00.0001

Força Nacional de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Servidor aprestado(unidade)

QUANTIDADE

3.981

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplie. Diretas	2	200.000.000
4	Investimentos	90	Aplie. Diretas	2	264.456.382
TOTAL					464.456.382

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	464.456.382
TOTAL						464.456.382

JUSTIFICATIVA

Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.
Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições.

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 17 : 17
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 6 de 10

63

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Comissão de Constituição e Justiça - Força Nacional de Segurança Pública

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNSP

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2070.2B00.0001

Força Nacional de Segurança Pública

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Servidor aprestado(unidade)

QUANTIDADE

3.981

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	264.456.382
TOTAL			464.456.382

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	464.456.382
TOTAL						464.456.382

JUSTIFICATIVA

Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.
Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições.

Recebido em 26/11/13
Hora: 18:19
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Yânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 4 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - 8124 - SISTEMA INTEGRADO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	
Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
	FNSP
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
06.181.2070.8124.0001	
Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Projeto apoiado(unidade)	135

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	120.000.000
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa ação visa a Estruturação da Polícia Comunitária, por meio da implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária, assim como, pela implantação de um sistema de monitoramento e avaliação. Implementação de projetos de prevenção ao uso de drogas; da reformulação e implementação do programa educacional de resistências às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e intercâmbio de experiências internacionais. Mobilização de lideranças comunitárias e estruturação dos Conselhos de Segurança. Realização de encontros nacionais e regionais para a capacitação de gestores de segurança pública na prevenção de violência; Apoio à implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM); Apoio à implantação de sistema de videomonitoramento em vias públicas; Articulação e apoio a projetos multisetoriais e interdisciplinares de prevenção à violência e criminalidade, especialmente voltados grupos em situação de vulnerabilidade (em razão do credo, faixa etária, gênero, raça orientação sexual, mulheres, moradores em situação de rua, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência); apoio à implementação de sistema de áudio monitoramento. De forma que o reforço se torna imprescindível ao OGU 2014 para a execução dessa importante ação.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 35

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá

Fundo Nacional Antidrogas



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 09:16

Página: 43 de 165

ESELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**EMENTA**

CCJ - Política Pública sobre Drogas

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAD

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2060.201E.0001

Política Pública sobre Drogas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

58

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	112.304.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL			312.304.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	312.304.000
TOTAL						312.304.000

JUSTIFICATIVA

Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.
Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2879 - Lídice da Mata



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 15:01

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Serviços de acolhimento destinados à pessoa com transtornos decorrentes de uso/abuso e ou dependência de drogas.

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAD

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2060.201E.0001

Política Pública sobre Drogas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

50

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa a disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso, ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se iniciou/desenvolveu e/ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas em âmbito nacional.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 46

Ana Cristina Brasil - Matr. 275169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2357 - Inácio Arruda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 8 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - Política Pública sobre Drogas	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Inclusão
ÁREA DE GOVERNO	
Justiça e Segurança Pública	
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
006 Apoio a Projetos	172 Prevenção / Combate a Drogas
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	
Orçamento Fiscal	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
FUNAD	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
14.422.2060.201E	
Política Pública sobre Drogas	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Projeto apoiado(unidade)	15

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
TOTAL			75.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	75.000.000
TOTAL					75.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social; e a introdução de melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema, aperfeiçoando os marcos institucionais e legais, fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional, modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 05

Ana Cristina Brasil - Matr. 255166

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 54 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Política Pública sobre Drogas

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAD

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2060.201E.0001

Política Pública sobre Drogas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

58

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas
		2	112.304.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas
		2	200.000.000
TOTAL			312.304.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
					2	312.304.000
TOTAL						312.304.000

JUSTIFICATIVA

Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 17 : 26
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 13:09

Página: 9 de 10

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**EMENTA**

Comissão de Constituição e Justiça - Política Pública sobre Drogas

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAD

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

14.422.2060.201E.0001

Política Pública sobre Drogas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

58

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	112.304.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL					312.304.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido	
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2	312.304.000
TOTAL							312.304.000

JUSTIFICATIVA

Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.
Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Recebido em 26/11/13

Hora: 18:23

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2021 - Lúcia Vânia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:26

Página: 16 de 46

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Crack, Alcool e outras Drogas

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FUNAD

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

[4.422.2060.201E.000]

Política Pública sobre Drogas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

30

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2 100.000.000
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2 60.000.000
TOTAL			160.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
001238	100	4	Investimentos	30	Transf. a Est. e ao DF	0 2 30.000.000
001241	100	4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	0 2 30.000.000
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 100.000.000
TOTAL						160.000.000

JUSTIFICATIVA

Os recursos serão destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.

Recebido em 26/11/13

Hora: 18:28

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2915 - Waldemir Moka

Ministério Público

Ministério Público Federal



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 1 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - 2508 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - PGR

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.0581.2508

Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Unidade aparelhada(unidade)

QUANTIDADE
249

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	40.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	60.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Dar condições ao Ministério Público Federal para que possa exercer, em sua plenitude, sua missão constitucional de fiscalizar a aplicação da Lei é o objetivo dessa emenda. Para ser o "fiscal da Lei", a Constituição Federal atribuiu-lhe a responsabilidade, entre outras, de promover, privativamente, a ação penal pública; zelar pelo patrimônio público e social; exercer o controle externo da atividade policial; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos e suas manifestações processuais.

Para exercer essas atribuições com a competência, a independência, a agilidade e a transparência que o mundo moderno exige, o Ministério Público Federal necessita manter-se permanentemente atualizado, em termos de recursos humanos e de equipamentos e instalações físicas, não só nas 33 Procuradorias da República previstas no PLOA-2013 (27 Procuradorias da República nos Estados, 5 Procuradorias Regionais da República, instaladas nas 5 Regiões do País e a Procuradoria-Geral da República) como também nas 180 Procuradorias da República nos Municípios, e nas 46 que serão instaladas para acompanhar a rápida interiorização da Justiça Federal, como vem ocorrendo.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 35

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 56 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 2508 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - PGR

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.2508

Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Unidade aparelhada(unidade)

QUANTIDADE

249

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	40.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	60.000.000
TOTAL					100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID RP

Valor Deduzido

020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL								100.000.000

JUSTIFICATIVA

Dar condições ao Ministério Público Federal para que possa exercer, em sua plenitude, sua missão constitucional de fiscalizar a aplicação da Lei é o objetivo dessa emenda. Para ser o "fiscal da Lei", a Constituição Federal atribuiu-lhe a responsabilidade, entre outras, de promover, privativamente, a ação penal pública; zelar pelo respeito aos poderes públicos, adotando as medidas necessárias à sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública na defesa do meio ambiente e do patrimônio público e social; exercer o controle externo da atividade policial; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos e suas manifestações processuais.

Para exercer essas atribuições com a competência, a independência, a agilidade e a transparência que o mundo moderno exige, o Ministério Público Federal necessita manter-se permanentemente atualizado, em termos de recursos humanos e de equipamentos e instalações físicas, não só nas 33 Procuradorias da República previstas no PLOA-2013 (27 Procuradorias da República nos Estados, 5 Procuradorias Regionais da República, instaladas nas 5 Regiões do País e a Procuradoria-Geral da República) como também nas 180 Procuradorias da República nos Municípios, e nas 46 que serão instaladas para acompanhar a rápida interiorização da Justiça Federal, como vem ocorrendo.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17:24

Ana Cristina Brasil - Matr. 25346

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 08:30

Página: 8 de 13

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais	
MODALIDADE DA EMENDA Individual	TIPO DE EMENDA Aprop.- Inclusão
ÁREA DE GOVERNO Ministério Público	
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO 990 Atípica / Outras	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA 500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)
LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional	

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA M. Público Federal
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO 98.998.0581.3752	
Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais	
AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Procuradoria implantada(unidade)	46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	45.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 25 / 11 / 13

Hora: 16 : 17

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2886 - Aloysio Nunes Ferreira



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 13:29

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais - Dr. Arantes - CCJ

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministerio Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.3752

Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE

46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	45.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juízes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26/11/13

Hora: 09:50

Ana Cristina Brasil - Matr. 2551

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2375 - Francisco Dornelles



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009 / 2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 11:38

Página: 2 de 2

75

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais - CCJ

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.0581.3752
Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais
AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE
46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	45.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juízes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juízes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26 / 11 / 13
Hora: 14 : 50
Anderson A. Azevedo - Matr. 230057
CCJ-SF

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2908 - Eduardo Amorim



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:31

Página: 7 de 34

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 | Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.3752

Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE

46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2 75.000.000
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2 45.000.000
5	Investimentos Financeiros	90 Aplic. Diretas	2 30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26/11/13
Hora: 15:01
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2916 - Rodrigo Rollemberg



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15 : 15

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

EMENDA À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO PARA O ANO 2014

47

EMENDA À DESPESA

01 - SEQUENCIAL (PI 09/2013-CN)

02 - ÁREA DE GOVERNO

03 - MINISTÉRIO PÚBLICO

03 - TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

04 - MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

90 - DIRETA

05 - PROGRAMA

0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

06 - LOCALIDADE BENEFICIADA

NACIONAL

07 - COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

08 - ESFERA ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL

09 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

34.101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

10 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

03.122.0581.3752.0001

11 - SUBTÍTULO

IMPLANTAÇÃO DE PROCURADORIAS DA REPÚBLICA JUNTO ÀS VARAS FEDERAIS

META DO SUBTÍTULO

PROCURADORIA IMPLANTADA (UNIDADE)

QUANTIDADE

46

ÓRGÃO FEDERAL:

NATUREZA:

13 - ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR DEDUZIDO (EM R\$ 1,00)
754	03.122.0581.3752.0001	100	3	90	75.000.000
			4	90	45.000.000
			5	90	30.000.000

14 - CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR DEDUZIDO (EM R\$ 1,00)
4518	99.999.0999.0Z01.6498	100	9	99	150.000.000

15 - JUSTIFICAÇÃO

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, **aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.**

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são **834** Varas da Justiça Federal, das quais **163** são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem **1649** cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais **230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.**

Para atender a esse programa de **interiorização** da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de **apenas 180** Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam **824** Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos **46** Procuradorias em municípios.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 14:33

Página: 2 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - 3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais - PGR

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.0581.3752
Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais
AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE
46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	45.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26/11/13

Hora: 15:35

Ana Cristina Brasil - Matr. 258169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2282 - Romero Jucá



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 16:57

Página: 57 de 179

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - 3752 - Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais - PGR

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministerio Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 - Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 - ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.3752

Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE

46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2 75.000.000
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2 45.000.000
5	Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2 30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	150.000.000
TOTAL					150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.

Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.

Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 17:25

Ana Cristina Brasil - Matr. 15

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2891 - Cyro Miranda



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 16:45

Página: 5 de 8

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Implantação de Procuradorias da República junto às Varas Federais - CCJ

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.3752

Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Procuradoria implantada(unidade)

QUANTIDADE

46

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	45.000.000
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".
Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar.
Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juizes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto.
Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juizes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.

Recebido em 26/11/13

Hora: 17:43

Ana Cristina Brasil - Matr. 25516

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2894 - Eunício Oliveira

Ministério Público do Trabalho



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:45

Página: 8 de 35

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CCJ - Ministério Público do Trabalho

MODALIDADE DA EMENDA
IndividualTIPO DE EMENDA
Aprop. - AcréscimoLOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público do Trabalho

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

03.062.0581.4262.0001

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Parecer elaborado(unidade)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2
			60.000.000
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2
			140.000.000
TOTAL			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0
						200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT), UM DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, TEM SIDO EXIGIDO DE FORMA DIRETA E INTENSIVA QUANTO À CRESCENTE DEMANDA DA SOCIEDADE NA DEFESA DE SEUS DIREITOS. NESTE SENTIDO, ESTE MPT TEM BUSCADO SE PLANEJAR, SE ORGANIZAR E SE INSTRUMENTALIZAR DE FORMA A ATENDER PRONTAMENTE AS EXIGÊNCIAS SOCIAIS. EM FACE DE TAIS EXIGÊNCIAS E CONSIDERANDO AS DIFICULDADES DE NATUREZA FÍSICA E INSTRUMENTAL, PRINCIPALMENTE QUANTO AOS MEIOS DE TRABALHO, OS RECURSOS SOLICITADOS OBJETIVAM VIABILIZAR DISPÊNDIOS COM ALUGUÉIS E MODERNIZAÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES DO MPT, ALÉM DE AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE, COM ÊNFASE NA PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DOS RECURSOS HUMANOS, DO MATERIAL, DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES E DA INFORMAÇÃO. É NECESSÁRIA, TAMBÉM, A CONTINUIDADE DOS INVESTIMENTOS PARA A EXPANSÃO DA REDE DE DADOS DO MPT, PROVENDO ESTE ÓRGÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA NECESSÁRIA À CONSECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO VIRTUAL PARA A ÁREA FINALÍSTICA POR MEIO DO SISTEMA MPT DIGITAL E DO SISTEMA INTEGRADO PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DE TODAS AS UNIDADES. É FUNDAMENTAL, AINDA, COM BASE NOS PRECEITOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.517/2011), ASSEGURAR A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PORTAL CORPORATIVO DE SERVIÇOS INTEGRADOS AO CIDADÃO, TOTALMENTE ADERENTE À LEGISLAÇÃO SUPRACITADA E INTEGRADO, DESDE A PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO ATÉ AS UNIDADES REGIONAIS.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 15:01

Ana Cristina Brasil - Matr. 755169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2916 - Rodrigo Rollemberg



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 10:52

Página: 7 de 56

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA		
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho		
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA	
Individual	Aprop.- Inclusão	
ÁREA DE GOVERNO		
Ministério Público		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA	
264 Construção de/da/do	303 Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho	
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
Orçamento Fiscal	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
	M. Público do Trabalho	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO		
03.122.0581.9999		
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho		
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho - Nacional		
ESPECIFICAÇÃO DA META		
Unidade construída(% de execução física)	QUANTIDADE	
	10	
AÇÃO ATÍPICA		
AÇÃO		
Ação Atípica		
OBJETIVO		
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho		
FINALIDADE		
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho - Ministério Público		
ESPECIFICAÇÃO DA META		
Unidade construída(% de execução física)		
TIPO DA AÇÃO	INÍCIO DA AÇÃO	TÉRMINO DA AÇÃO
Projeto	01/2014	12/2015
CUSTO TOTAL (RS)	META TOTAL	
100.000.000	100.000.000	

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM RS 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	100.000.000
TOTAL					100.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a construção de sedes da procuradoria do trabalho, tendo em vista a boa realização da missão que incumbe ao Ministério Público do Trabalho, a constante comunicação com a sociedade, sua atuação harmônica, embora com independência, exige a existência de permanente contato, para que sejam identificadas as diferentes realidades de lugares e culturas do Estado brasileiro.

O país que zela pela plena efetivação dos direitos humanos, transmite uma verdadeira lição de cidadania, que somente o completo acesso aos direitos fundamentais torna o homem um cidadão completo. Neste contexto, é imprescindível a análise por meios judiciais ou administrativos para a plena efetividade dos direitos fundamentais trabalhistas, através da atuação do Ministério Público do Trabalho nos Estados da Federação Brasileira.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raupp

Recebido em 26/11/13

Hora: 16 : 14

Ana Cristina Brasil - Matr. 265169

Outros



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 14:29

Página: 6 de 9

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Poder Judiciário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
UO Genérica - Area Gov.02

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.1389.1K27

Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto implantado(% de execução física)

QUANTIDADE
100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL					200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL						200.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende alocar créditos orçamentários com a finalidade de promover a Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira. Dado o caráter nacional da presente proposição, busca-se reduzir as desigualdades percebidas na prestação jurisdicional das diversas regiões do País, bem como fomentar a modernização, estruturação e fortalecimento da justiça Brasileira, construindo e desenvolvendo ações de forma participativa e alinhadas às necessidades do Poder Judiciário e, principalmente, da população. Espera-se como resultado da ação supra definida cumprir alguns princípios constitucionais, tais como o da celeridade e efetividade nos processos judiciais e acesso à justiça. Aqui priorizar-se-á projetos para aperfeiçoamento e implantação de vários programas desenvolvidos para aperfeiçoamento e modernização da justiça, a exemplo do Processo Judicial eletrônico, que gera uma dinamicidade aos processos judiciais, bem como a aproximação da população com o Judiciário.

Recebido em 26 / 11 / 13

Hora: 16 : 05

Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2970 - Antonio Carlos Rodrigues



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 25/11/2013

Hora: 10:01

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CCJ - Varas Federais	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	Reserva de Recursos - CN
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
99.999.9090.0990.0001	
Reserva de Recursos no Congresso Nacional	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
(-)	160

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Trata-se de dotação orçamentária que destina-se ao atendimento de instalação e manutenção de novas Varas Federais no exercício de 2014, conforme disposto nas Leis 10.772 de 21 de novembro de 2003 e 12.011 de 04 de agosto de 2009, destinadas precipuamente a interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e implantação dos Juizados Especiais no País. A instalação de novas Varas Federais, além de proporcionar condições para acelerar as cobranças relativas a débitos judiciais de interesse da Fazenda Pública, tanto nas ações ingressadas na justiça quanto nos acordos extrajudiciais, e por outro lado tem como propósito a interiorização da Justiça Federal. Significa a presença do Estado Brasileiro, em nível federal, nos mais diversos rincões do país, trazendo em seu bojo o julgamento de causas federais, antes alocadas a Justiça Estadual, demonstrando a presença do Juiz Federal para resolução dos problemas locais.

Recebido em 26/11/13

Hora: 11:00

Ana Cristina Brasil - Matr. 275169

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2895 - José Pimentel

Propostas de Emenda de Remanejamento



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:26

Página: 18 de 46

ESPELHO DE EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA

EMENTA
CCJ - Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena - Nacional

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Rem.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Justiça e Segurança Pública

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
884 Desenvolvimento de

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
145 Povos Indígenas

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
FUNAI

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
14.125.2065.20UF

Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato

Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Terra indígena fiscalizada(unidade)

QUANTIDADE
23

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	70.000.000
TOTAL			70.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
001237	100	3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	1.000.000
001237	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001238	100	3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	1.000.000
001238	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001239	100	3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	1.000.000
001239	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001247	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	9.000.000
001248	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001251	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001262	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001285	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	2.000.000
001286	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	2.000.000
001287	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	1.000.000
001308	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	5.000.000
001309	100	3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	1.000.000
001309	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	2.000.000
001310	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	6.000.000
001310	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	10.000.000
001311	100	3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	0	2	1.000.000
001313	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	15.000.000
001314	100	3 Outras Despesas Correntes	50 Transf. a Inst. Privadas	0	2	1.000.000
001314	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	6.000.000
TOTAL						70.000.000

JUSTIFICATIVA

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2915 - Waldemir Moka

Recebido em 26/11/13

Hora: 18 : 27

Ana Cristina Brasil - Matr. 295169



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0009/2013 - LOA

Data: 26/11/2013

Hora: 17:26

Página: 19 de 46

ESPELHO DE EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda consiste em assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação uma reparação financeira, sem, por outro lado, desgarnecer os direitos dos indígenas à terra. Os títulos dominiais emitidos precisam ser protegidos sendo necessário conciliar os interesses em conflito, para isso, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance e os recursos fiquem garantidos no Orçamento Geral da União. Em meu Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a política de ocupação, historicamente em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo uma guerra e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federal à época, realizou uma série de projetos que visavam justamente colonizar a nossa região, são diversas propriedades com mais de 50, 100 anos de ocupação e produtividade, não podendo agora sob a alegação de devolução de terras consideradas indígenas não levar em consideração o marco temporal de reconhecimento e ignorar o título emitido ou comercializado considerando nulo; Por este motivo a indicação dos recursos aprovados nesta emenda tem por objetivo apoiar a União a acatar os títulos que concedeu e promover a indenização necessária.

Em 2013, foi aprovada emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal, que consta da Lei 12.798/2013, cuja funcional-programática é a de nº 14.125.2065.20UF.7000, que trazia na meta o descritor:

- TERRA INDIGENA REGULARIZADA /PROTEGIDA. Entende-se o descritor anterior como mais abrangente e de maior sentido ao objeto proposto, razão pela qual solicitamos que seja feito um ajuste para que conste o descritor utilizado na Lei Orçamentária de 2013.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA